



# Prefeitura do Município de Londrina

## Estado do Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

SEMA-COMUPDA/SEMA-Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais

Ata de Reunião Ordinária / Extraordinária

33/2020

### **ATA DA 10º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS – COMUPDA**

Aos vinte e nove (29) dias de outubro de dois mil e vinte (2020), às dez horas da manhã (10h00), por meio presencial, no Centro de Educação Ambiental – CEA, localizado na área interna do Parque Municipal Arthur Thomas, sob endereço Rua da Natureza, 155 – Jardim Piza, foi realizada a 10º Reunião Plenária do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais – COMUPDA, que, devido a Pandemia da COVID-19, foi disponibilizado simultaneamente o acompanhamento virtual através do aplicativo zoom (por meio do Link: <https://us04web.zoom.us/j/74466992956?pwd=c2tway9xYnFZTkhNYmZSRG9OZWpIZz09>) para os que, eventualmente, não lograram presença física. A convocação ocorreu via Processo SEI nº 19.023.140731/2020-17, com cópia via E-mail. A reunião foi iniciada, com mais de trinta (30) minutos de atraso devido à instabilidade da conexão de Internet, impactando diretamente no acompanhamento virtual através do aplicativo zoom. Lograram sua presença física os conselheiros: Daniele Regina Ferreira da Costa (SEMA), Lyonel Nicholas de Freitas Martines, Rodrigo Ultramar (SAÚDE), Cristina Tanaka (CRMV), a servidora Juliana Simões Lusardi e a Assessora Executiva Maiara Fernanda Garcia da Diretoria de Bem Estar Animal (SEMA/DBEA) e os advogados representantes da Associação de Defesa Animal – ADA. Lograram presença virtual as conselheiras: Vivian de Almeida Prado Bonfanti (OAB), Carolina Bombonato Borchart (PGM) e a servidora da Secretaria Municipal de Planejamento (SMP)/ Diretora de Orçamento Darling Silvia Maffato Genvigir. A conselheira Vivian questiona se a reunião está sendo gravada e a conselheira Daniele informa que sim e explica que o Conselho é formado por um conjunto de funcionários do Poder Público, das Entidades e por representantes da sociedade civil. Em seguida, faz a apresentação de todos que participam da reunião e informa que há dúvidas a respeito da Lei Orçamentária Anual (LOA), por isso o interesse de diálogo com a SMP. A servidora Darling questiona se existe alguma pergunta específica ou se é somente para explanação sobre o tema e a conselheira Daniele informa que as perguntas serão feitas pela conselheira Vivian que afirma não ter dúvidas sobre a LOA, mas questiona por que a SEMA solicitou somente R\$15 mil reais para o FUPA, sendo que a demanda dos animais é a maior demanda da secretaria e vem crescendo durante a pandemia e que nos outros anos o valor solicitado pela SEMA foi maior, R\$ 150 mil reais, e que a maior verba foi advinda de emendas parlamentares, conseguida com dificuldade de aprovação. Indaga se a SEMA pode encaminhar pedido de emenda ao projeto, uma vez que o COMUPDA foi informado pelo Secretário Municipal do Ambiente, o Sr. José Roberto Behrend que este é um valor recorrente a um percentual resultante de previsão de impostos recolhidos para o próximo ano, sujeito a alteração para mais ou para menos em decorrência do próximo resultado do exercício, e que pode ser alterado. A conselheira Daniele falou que até a criação do fundo dos animais, o valor destinado à DBEA era proveniente de um recurso do Fundo do Municipal do Meio Ambiente (FMMA) e que após a criação da Diretoria, do FUPA e do COMUPDA, não pediram o rateio desse recurso entre o FMMA e o FUPA. Com isso, não houve a regulamentação de um valor fixo para o Fundo de Proteção dos Animais e depois esqueceram essa discussão. Sendo assim, questiona se não houve regulamentação de um valor fixo da Lei Orçamentária Anual para o FUPA e o como se regula essa operação para que seja anual. A servidora Darling explanou que a parte tributável é muito técnica e burocrática e que na sua diretoria tratam da elaboração técnica de toda a parte do Plano Plurianual e de toda parte orçamentária de Lei Orçamentária Anual; que os responsáveis pela inclusão na Lei Orçamentária Anual são as Secretarias; que cada órgão é responsável pelo seu orçamento, ou seja, cabe a cada Diretoria fazer toda a gestão desse orçamento, e que várias regras devem ser seguidas como a Lei de Responsabilidade Fiscal, Tribunal de Contas entre outros para fechar os orçamentos tecnicamente. A Servidora Darling informou que quando a SMP encaminha para cada Secretaria a previsão orçamentária, a secretaria responde quais serão as prioridades e as despesas que

serão tributáveis. Por exemplo, a Secretaria do Ambiente tem as unidades orçamentárias, a parte geral da Secretaria, o Fundo Municipal do Meio Ambiente e desde 2019 o FUPA. Juntamente com a Secretaria de Fazenda, faz toda a parte de estimativa de custeio. Explanou ainda que nas Audiências Públicas de Orçamento que a Secretaria de Orçamento faz na Câmara, é discutida a LOA e tem também a parte das comissões onde são feitas reuniões anuais exatamente para passarmos as questões orçamentárias. Nós (SMP) encaminhamos para os órgãos fazerem a sua distribuição de recursos e atendermos a legislação atual; é preparada a despesa com pessoal, tais como pagamento de dívidas, pagamento de precatórios, energia elétrica, água, telefone, contrato de limpeza, enfim, todos aqueles custos fixos que tanto o município quanto as empresas privadas tem. Temos que destinar os mínimos constitucionais à educação e saúde e os recursos passam pela Câmara de Vereadores, o restante nós distribuímos para os órgãos, as Secretarias e entidades. Na parte de pessoal ninguém mexe, mas as despesas fixas de cada órgão nós consideramos para fazer essa repartição de recursos um valor que já vem sendo executável nas gestões anteriores. A minha responsabilidade é técnica e eu coloco da forma que elas têm que ser com valor fixo ou não por questões de arrecadação, nem a mais, nem a menos. Afirmo que a Secretaria não é obrigada a cumprir com a exigência tributável no ano anterior por conta da pandemia no presente ano. Nas discussões da Lei Orçamentária, a minha fala era que se tudo correr bem, se nós não tivermos aí mais nenhum problema em relação à pandemia ou qualquer outro problema teríamos uma arrecadação 11% menor do que foi arrecadado em 2019, isso nas contas públicas é um impacto bem complicado por que as despesas crescem sem fazer nada, quando se reajusta a conta de energia elétrica, de água, de telefone. Temos a nossa arrecadação própria, mas são dois anos de defasagem e tem que garantir os recursos constitucionais da saúde, da educação, repasse para a Câmara e uma série de questões. Por fim, a Diretoria de Orçamento manda a proposta orçamentária para cada Secretaria, se ela vai acatar ou não aí já é com a própria secretaria e nós também não questionamos, e que foi encaminhada a proposta orçamentária no importe de R\$ 150 mil, como nos anos anteriores e que a resposta da SEMA foi de R\$ 15 mil. A conselheira Vivian afirma que pela fala da servidora, o que encaminham para cada Secretaria são projeções de valores, como os 150 mil encaminhado à SEMA, como dos anos anteriores, mas não entende porque a Secretaria retornou como resposta esse ano apenas 15 mil. Darling responde que o orçamento do FUPA é quatro vezes menos. Após a explanação, a conselheira Daniele agradece, informa que foi elucidador e que irá buscar respostas com a servidora Viviane, Assessora Administrativa da SEMA. A conselheira Vivian diz que as informações prestadas era o que ela havia imaginado e explanado anteriormente, inclusive, contudo, que foi repassada pelo Secretário da SEMA, através da servidora e conselheira Daniele Costa uma informação diferente a que ela havia explicado na referida reunião e que diante desse equívoco de informações solicitou a presença da servidora Darling para precisa explicação e elucidação quanto ao recurso. Propôs encaminhar um ofício para o Secretário questionando e cobrando o Secretário da SEMA sobre esse fato. Darling diz que está há treze anos na Diretoria de Orçamento e viu o posicionamento da Secretaria com as pessoas que fazem parte da política toda atribulada, isso faz parte, por outro lado tem a parte administrativa da Secretaria, tem dinheiro lá e na verdade não atende toda a demanda, falta, assim como os conselhos da saúde, educação, também não atende toda a demanda e que esse embate entre conselho e a Secretaria precisa de bom senso. As gestões anteriores era uma verdadeira guerra e eu me dou o direito de fazer esse comentário. Também deve ter essa conversa com o Conselho do Meio Ambiente para tentar ajustar isso, não adianta criar cabo de guerra, buscar o melhor das políticas e a Secretaria também tem toda a demanda reprimida. Se o Conselho achar por bem encaminhar ao Secretário um ofício, fazê-lo, sem criar embate, sem ficar questionando, mas sim para ficar registrado, para tentar ajustar esse valor, chegar num acordo, chegar a um bom termo, que pode não ser o melhor para as partes. A conselheira Vivian agradece a sugestão de encaminhar o ofício dessa forma e conversar para que não haja essa repetição nos próximos anos. Afirmo ainda que o Conselho só ficou sabendo da LOA por que ela trouxe o tema e não a própria secretaria, frisa ainda que a dica dada pela servidora Darling foi bem proveitosa por que é uma dificuldade imensa pra alterar a legislação e que agora o que resta como possível solução é tentar a verba através de emendas parlamentares, propõe encaminhamento de ofício aos vereadores solicitando que façam emendas destinadas ao FUPA, lembra ainda, que como nos anos anteriores os maiores valores revertidos ao FUPA foi conseguido através de emendas parlamentares realizadas pela Vereadora Daniele Ziober e que certamente esta encaminhará novamente, porém, que uma Secretaria não pode contar com verbas encaminhadas somente por emendas parlamentares e sim solicitar suas demandas, pois vereadores que hoje encaminham emendas podem não estarem mais nos próximos anos ou simplesmente não encaminharem mais, e que a provação de emendas parlamentares por vezes é difícil, pois depende do voto da maioria dos vereadores, e que a pauta direito dos animais não é vista como prioridade para a maioria deles. A conselheira Daniele agradece e encerra a fala da servidora Darling questionando se alguém mais tem alguma pergunta para ser feita. A servidora Darling também agradece e diz para a conselheira Daniele que a servidora Viviane está à frente da diretoria financeira, sabe de tudo isso que foi explanado e que

independente da Secretaria ou dos Conselhos, está a disposição para esclarecer qualquer dúvida técnica para chegar em um meio termo entre o que é possível, que atenda a essa demanda, essa é uma das metas, dos movimentos, de aproximarmos cada vez mais dos Conselhos, da parte administrativa da Secretaria. Após uma breve pausa, a reunião é retomada com as próximas pautas e a assessora Maiara informa que a conselheira Daniele e o conselheiro Lyonel saíram para atender o Secretário do Municipal do Ambiente Jose Roberto Behrend uma urgência da Diretoria. A conselheira Cristina diz que o Fundo Municipal do Idoso têm um CNPJ próprio pra conseguirem mais recursos e isso tem que ser através de uma lei federal e gostaria de saber se é possível também com o FUPA e quais os trâmites necessários. A servidora Darling responde que até onde ela sabe todos esses fundos que estão abertos se tornam unidades orçamentárias e o município tem que abrir um CNPJ como se fosse uma filial pra ele, diz que quem pode responder com mais precisão, talvez seja o pessoal da Controladoria, na contabilidade. Sugere ligar na Controladoria, ramal 4294 com o Fabrício pra confirmar se já tem esse CNPJ, mas acredita que sim e que o pessoal atua no fundo pode correr atrás de recurso externo para buscar recurso federal e estadual também. Quanto a parte de doações que não tem certeza como vai funcionar, pois tem legislações federais que permitem aquela doação de parte do Imposto de renda devido, mas nada impede que seja feita essa movimentação para que o FUPA receba recursos também para política que este atua. A conselheira Cristina responde que o conselho vai procurar isso sim e agradece. A assessora Maiara agradece pelos esclarecimentos das dúvidas e diz o Comupda irá alinhar todas as informações. A servidora Darling reafirma que está à disposição, e que o pessoal da Diretoria pode responder na hora e o que não souberem, vão pesquisar. Em seguida pede licença e sai da reunião. A assessora Maiara pede para seguir com as pautas e se surgir alguma dúvida sobre LOA, sobre os orçamentos, alguma alternativa, alguma ação em conjunto pra ir atrás de emendas seja comunicado ao conselho. A segunda pauta é o chamamento público para credenciamento de clínicas veterinárias e foi informado que já seguiu para publicação do edital e estão fazendo a aprovação dos orçamentos apresentados. Tiveram cinco interessados e que está na fase final para publicação; informa que será através de credenciamento e como é por este meio, pode ser que tenha mais de uma entidade contratada pra atender as necessidades da Diretoria e dos animais que estão sob a guarda da Prefeitura. A conselheira Vivian questiona quem são as cinco interessadas e Maiara informa que são: Clínica, UEL, UNIFIL, Cães e Gatos e Centro de Atendimento Veterinário – CAV. Diz que a formação de preços e a proposta de atendimento ficaram muito boas e que poderá encaminhar o edital para o Conselho avaliar. Informa que foram liberados R\$ 200 mil para esse credenciamento e como o prazo são de seis meses, haverá tempo para fazer o edital para licitação. A conselheira Cristina diz que esse fato é bom, que é uma luz. A assessora Maiara informa que o edital que está mais rápido é o da contratação de médicos veterinários, discutido na última plenária e a última atualização foi o pedido pra verificar se o valor que seria para os veterinários se encaixa no orçamento. A conselheira Cristina pergunta se é tudo sem licitação, tudo emergencial e a assessora Maiara responde que o credenciamento de clínicas veterinárias, da hospedagem animal e a contratação dos médicos veterinários entraram na Lei 8666, por dispensa de licitação.

Pergunta ao conselheiro Rodrigo se tem alguma novidade da saúde sobre os médicos veterinários e ele responde que não lhe passaram nada ainda. A conselheira Vivian pergunta se a contratação dos médicos veterinários será restrita à saúde, e não pela DBEA e é confirmada pela assessora Maiara. A conselheira Vivian afirma que até onde sabe, está impedida a contratação neste momento de pandemia, que o Tribunal de Contas foi consultado e está proibida qualquer contratação, somente pode ser realizada através da pasta da saúde, e com isso a DBEA pode ficar sem. A assessora Maiara diz que a DBEA fez um pedido e apresentou um projeto de urgência, mas a resposta é que já tem um processo em andamento da saúde para contratação e tem respeitar esse processo primeiro. Após, a assessora Maiara diz que não pode utilizar o fundo que veio através da emenda do Deputado Emerson Petriv, o Boca Aberta no valor de 500 mil e como foi exposto na última reunião, ele queria destinar esse valor pra ADA, mas esse procedimento não pode ser feito pelo deputado federal diretamente, sendo assim, foi feito este projeto de credenciamento pra hospedagem animal que será publicado após o período eleitoral. A assessora Maiara pergunta se a conselheira Vivian deu uma olhada, pois foi enviado no grupo e é respondido que não, pedindo o reenvio. A assessora Maiara diz que a demanda de quando começou a Dbea quanto a denúncias e atendimento aos animais que sofrem maus tratos se multiplicou, recebe-se por dia muitas denúncias, não tem estrutura física, de pessoal pra atender todas essas denúncias e isso está acarretando em atraso de muitas denúncias, até por falta de pessoal para fiscalização; diante disso, duas estratégias foram pensadas de imediato e considerando o período de pandemia, uma é a seleção de voluntários do curso de direito e medicina veterinária através de edital para chamamento dos mesmos, para conhecer a realidade na prática, o que é o trabalho da Diretoria, os casos que atendemos que vão desde cão em corrente até cão que foi abusado sexualmente, por exemplo, diante das mais diversas situações, poderão dar auxílio pra esse primeiro atendimento, se a denúncia procede ou não, qual é a situação do animal, do ambiente onde ele está, a família que está cuidando ou que não está cuidando

deste animal. A Secretaria de Governo e o RH informou que já existe um decreto municipal pra contratação de voluntários para o município. Informa ainda, que o número de endereços com denúncias em aberto aguardando atendimento são em torno de 500, um número muito alto, então para poder sanar, fazer as vistorias em tempo real, foi pensado neste voluntariado, e por este decreto pode ser contratado pela administração direta ou indireta, com isso, não necessita abrir um edital, poderiam ser contratados voluntários diretamente pelo RH, e com isso ocorrerá um grande auxílio para todo esse prévio atendimento e de imediato, até para saber, por exemplo, se a pessoa continua morando na residência focando mais na orientação do que punição, evitando também alegação de desconhecimento da lei. Nos casos de denúncias considerados pela Diretoria como mais leves como de animal preso em corrente ou exposto ao sol, estão sendo enviadas orientações e pedidos de esclarecimentos via correio, através de AR aos responsáveis pelo animal com seus dados pessoais, endereço confirmado e dizendo qual é a situação do animal. Se for uma denúncia de que o animal está com magreza excessiva, doente ou machucado, além do AR, uma das servidoras da Diretoria entra em contato pedindo que enviem imagens do animal junto à resposta, pra que o fiscal, quando for, já saiba exatamente o que encontrará para evitar que a pessoa alegue que não tem mais o animal, ou nos casos de mudança de endereço, a DBEA tenha respaldo da situação real. A conselheira Cristina concorda com o exposto e a servidora Juliana diz que isso é importante, pois às vezes tem um processo parado sem nenhuma fiscalização e as vezes não tem mais ninguém morando no imóvel e isso ajudará bastante. O conselheiro Rodrigo diz que alguns desses processos vão para eles também (SMS) e eles vão atendendo dentro do que conseguem. Concluindo a assessora Maiara diz que como tem muitos atrasados, as vezes, não se consegue dar atenção para um caso urgente por que a DBEA está preocupada com os casos que estão atrasados. A servidora Juliana diz que a parceria com a saúde é importante, há vários casos de acumuladores e o conselheiro Rodrigo responde que sempre tem uma boa relação com a questão ambiental. A assessora Maiara pergunta se tem alguma dúvida e não havendo encerra a pauta. Informa que a última pauta é sobre o Projeto Pro Pet, que está pronto e aprovado e será disponibilizado para os membros do conselho. Informa que precisa aguardar o fim do período eleitoral para fazer uma boa divulgação e ter a adesão das pessoas. O objetivo é abrir para a comunidade apresentar projetos ou propostas em benefício da proteção animal. Após, a conselheira Cristina diz que a divulgação dos animais para adoção ficou bonitinha e a assessora Maiara complementa informando que conseguiram recursos para dar banho nos animais, arrumar e deixar com aspecto legal para as fotos, para mandar release pra imprensa e divulgar tanto as mídias sociais, assim como na TV. A conselheira Cristina diz que fora isso não se pode esquecer os cavalos, que estão voltando, tem muito carroceiro andando por aí, então isso a gente não pode deixar pra trás, já é Lei, mas não tem uma fiscalização adequada também, a assessora Maiara sugere fazer uma extraordinária pra falar só sobre isso, seja para punição, ou só para orientação e pensar numa ação voltada só para os cavalos. A assessora Maiara questiona se há mais dúvidas, e a conselheira Vivian retoma a primeira pauta e frisa a importância de encaminhamento dos ofícios para que não haja problemas nos próximos anos e também não deixar passar o prazo solicitando emendas parlamentares aos vereadores pra suprir esse valor solicitado pela SEMA, e que seja encaminhado no mesmo dia, já que o prazo de emenda abriu na segunda-feira, e hoje já é quinta-feira, e são somente sete dias para encerrar. A assessora Maiara afirma que será encaminhado e a conselheira Vivian responde que nos anos anteriores já foi muito difícil conseguir aprovação, que no ano de 2019 a verba de emenda parlamentar foi de R\$ 150 mil; em 2020 foi de R\$ 400 mil, esta última aprovada com certa dificuldade, ambas apresentadas pela vereadora Daniele Ziober. A assessora Maiara fala de apresentar a necessidade do trabalho, e a conselheira Vivian diz que fica um pouco mais difícil o COMUPDA fazer isso por e-mail ou telefone, em cima da hora, de uma conversa presencial, e diante disso, a importância da própria Secretaria fazer a solicitação demonstrando a necessidade. A assessora Maiara pergunta se o prazo da emenda é até segunda-feira e a conselheira Vivian responde que se encerra no dia seguinte o prazo para encaminhamento de emendas. A assessora Maiara diz que assim que a conselheira Daniele retornar da emergência conversará com ela sobre isso e com o Secretário, para enviar no mesmo dia. Diz que entende a urgência e conversará com o Secretário para verificar qual o caminho ele irá tomar. A conselheira Cristina fala do Banco de Ração, que a ração já foi adquirida, mas não sabe da aceitação, se temos um feedback depois que a ração foi entregue, pois a maioria dos cachorros não satisfaz, a assessora Maiara diz que precisaria de um veterinário pra analisar isso e que essa ração Tek's Dog foi adquirida por licitação, através de edital feito há meses, e que uma especificação melhor pra atender o mínimo de qualidade, seria melhor, não afirmando que foi escrito errado, mas sim que chegou-se nessa ração por questão de preço. Informou que tem que reunir mais vezes a DBEA e o Conselho para decidir, entrar em acordo, pensar, sugerir, pois a finalidade do Conselho e da DBEA é essa, é trabalhar junto, para escrever melhor este edital, para melhorar o objeto desta licitação e aí ter um produto melhor quando for apresentado. O conselheiro Rodrigo pergunta se esta ração já foi comprada e está em estoque e a resposta é que sim, que chegaram mais oito toneladas e mais chegará, porém de outra marca (Menpet) para cães filhotes, adultos e de

gato. O conselheiro Rodrigo pede licença pra sair. A assessora Maiara diz que também seria importante um momento só para conversar sobre isso e para que possam entender como se chegou a essa ração. A conselheira Cristina diz que no edital foi requisito a quantidade proteica e o peso, mas não é só com isso que se terá sucesso, a assessora Maiara afirma que se pode pensar num próximo edital e buscar o melhor produto pelo melhor preço, por que normalmente um cachorro que vai receber isso é um cachorro que está com magreza excessiva, passando necessidade ou está machucado e que necessita de uma qualidade nutricional boa. Propõem discutir numa extraordinária e definir o objetivo do produto, as condições mínimas que ele precisa ter. A conselheira Cristina diz que é o ideal mesmo, a conselheira Vivian concorda e fala da importância da expansão da SEMA e encaminhamento das demandas ao COMUPDA para discussão em conjunto, e com isso dúvidas são sanadas e soluções são encontradas, exemplifica, sobre o tema de animais de moradores de rua, que a princípio pensava-se que eles poderiam ser levados junto ao seu tutor para o abrigo, e que em explanação das veterinárias conselheiras, foi esclarecido que não é uma questão tão simples quanto parece, especialmente se o animal está doente, e que precisa antes de uma triagem com um veterinário, então a importância dessa interação e expansão. A assessora Maiara retomando sobre o banco de ração, afirma que quem recebeu não achou ideal, mas também não achou ruim, agradecendo que receberam uma ração. O representante da ADA diz que lá eles entendem que é uma questão de ajuste para as próximas licitações, isso para os animais que tem lá. A conselheira Cristina diz que essa foi a segunda compra, que a primeira foi a ração Premier, mas que pela quantidade de demanda tem que ser um nível básico e isso dá pra ser estudado. Representantes da Ada questionam se ainda tem a ração Premier, e a assessora Maiara diz que sim, e que está destinado para os animais apreendidos pela DBEA, doentes e que precisam de extrema nutrição, que estão sob responsabilidade da Prefeitura, a conselheira Cristina diz que tudo é questão de adaptar mesmo. Finalizou-se a reunião explanando dificuldades com a internet e com a sugestão de marcar extraordinária caso necessário para assegurar a compreensão de todos às informações repassadas e que as medidas sugeridas pudessem ser tomadas. Após confirmação dos presentes, apresentam-se agradecimentos gerais seguidos de totais despedidas. A reunião foi encerrada às onze horas e quarenta minutos (11h40).



Documento assinado eletronicamente por **Lyonel Nicholas de Freitas Martinez, Vice-Presidente de Conselho**, em 28/04/2021, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Yuki Tanaka, Usuário Externo**, em 03/05/2021, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Bombonato Borchart, Conselheiro(a)**, em 03/05/2021, às 21:57, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Vivian de Almeida Prado Bonfanti, Conselheiro(a)**, em 06/05/2021, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4887729** e o código CRC **9BE2D54B**.